

TBR, Marcelo Nino, GLO, Casa Chaves, SER, Jovana Ruyter

## MARCELO NINO

@marcelo\_nino  
marcelonino@globo.com.br

## A rota chinesa do presidente do Irã

O presidente e o chanceler do Irã morreram sem verem a consolidação das maiores conquistas de seu governo em política externa. Ambas tiveram em comum o objetivo maior, de romper o isolamento internacional do país imposto pelas sanções dos EUA. Nos dois casos, foram movimentos facilitados pela China, o país do qual o Irã mais se aproximou nos últimos

anos sob a presidência de Ebrahim Raisi. O primeiro movimento foi a reconciliação diplomática com a Arábia Saudita, seu maior rival no mundo muçulmano. O acordo que selou as pazes após anos de "guerra fria" foi assinado ano passado não em Teerã, Riad ou algum local considerado neutro, como Genebra, mas em Pequim. Meses depois, o Irã obteve sinal verde para entrar no Brics ao lado de cinco novos membros, que se juntaram a Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. De novo, foi um gesto diplomático de Teerã marcado graças a um passe de China, o maior defensor da adesão iraniana ao grupo dos emergentes. Um ano antes, o mesmo gesto já fora fundamental para a entrada do Irã em outro grupo liderado pela China, a Organização de Cooperação de Xangai (OCS). A exemplo do Brics, a parceria de uma potência regional como o Irã num grupo visto como contraponto às alianças do Ocidente foi um gesto quase natural e de "benefício mútuo" para Pequim e Teerã.

Sob a Presidência de Raisi, a aproximação dos dois países que vinha se fortalecendo gradativamente nos anos anteriores ganhou mais peso

político em ambos os lados. Para isso, contribuíram interesses econômicos ancorados no comércio de petróleo, mas foi a intensificação da rivalidade com os EUA o que serviu para os chineses como um empurrão extra na busca por parceiros dispostos a desafiar o poderio americano. Quando Raisi tomou posse, em 2021, a tinta ainda estava fresca na assinatura de um acordo de cooperação de 25 anos entre Irã e

**A rivalidade com os EUA reforçou a aproximação do Irã com a China, e mesmo a morte do presidente que impulsionou a manobra não deve mudar isso**

China, que mostrou não apenas o desejo mútuo de uma parceria de longo prazo, mas a confiança dos dois regimes autoritários na longevidade de seu sistema político para cumprir um programa que vai até 2046.

Em 2023, Raisi liderou uma grande delegação à China, que incluiu o presidente do Banco Central iraniano e o principal negociador nuclear do país. Economia, política e segurança se entrelaçaram em Pequim, resultando na assinatura de mais 20 acordos.

A entrada no Brics foi considerada uma grande vitória para o regime, que há tempos sofre com as sanções impostas pelos EUA. Praticamente da adesão oficial, um convite foi enviado no ano passado à Embaixada do Brasil e dos demais membros do grupo para visitarem a ilha de Kish, no sul do país, que virou uma espécie de laboratório para formas alternativas de pagamento, com vistas a escapar da hegemonia do dólar que tenta estrangular a economia iraniana. Na cúpula de estréia do novo Brics, em outubro na Rússia, a "desdolarização" deve ser uma das prioridades da delegação iraniana.

Raisi foi hábil ao ampliar o espaço de manobra diplomática iraniana, embora no sistema político iraniano geralmente prevaleça o presidente. Sua morte talvez embaralhe a sucessão de Khamenei, mas mesmo que a política externa do país sofra alterações, provavelmente continuará alinhada com Pequim.

## TPI põe Netanyahu e líderes do Hamas na mira

Procurador-chefe do tribunal penal da ONU pede que órgão emita ordens de prisão contra o premier de Israel, seu ministro da Defesa e mais três chefes do grupo terrorista por crimes na guerra em Gaza; juizes ainda vão decidir

marcelo nino

O procurador-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Karim Khan, solicitou ontem mandados de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, e os líderes do Hamas Yahya Sinwar, Mohammad Deif e Ismail Haniyeh por crimes de guerra e contra a Humanidade cometidos durante a guerra em Gaza. A solicitação precisa de aprovação dos juizes para que os mandados sejam formalmente expedidos.

O procurador apontou como crimes cometidos pelas autoridades israelenses o uso da fome contra civis como método de guerra, ataques intencionais contra a população civil e "extermínio ou homicídio", inclusive no contexto de mortes causadas pela fome.

## "Distorção da realidade"

Com relação aos líderes do Hamas, Khan afirmou ter "motivos razoáveis" para crer que Sinwar, Deif e Haniyeh são responsáveis crimes como extermínio, homicídio como crime contra a Humanidade, to-mada de reféns, estupro e outros atos de violência sexual, tortura, entre outros.

O ataque do Hamas a Israel, em 7 de outubro, detou cerca de 1.200 mortos, a maioria civis, e perto de 240 reféns. Por sua vez, a retaliação israelense em Gaza já matou mais de 35 mil pessoas, a maior parte das mulheres e crianças.

Netanyahu classificou o anúncio do TPI como "uma desgraça" e "uma completa distorção da realidade". Ele disse que os mandados potencialmente minariam a intenção de Israel de derrubar o gover-



Hamás. O embaixador israelense na ONU, Gidat Eitan, segura uma foto de Yahya Sinwar



Israel. Netanyahu homenageado, em Jerusalém, os mortos israelenses em guerras e atentados

no do Hamas em Gaza. O premier também afirmou rejeitar "com desgosto" o pedido de prisão, além da comparação feita pelo procurador de Haia entre Israel, "um país democrático, e os assassinos em massa do Hamas".

"O mandado absurdo e falso do procurador de Haia não é apenas direcionado contra o primeiro-ministro de Israel, seu ministro da Defesa — e é direcionado contra todo o Estado de Israel (...). Como se atreve a comparar os monstros do Hamas com os soldados do Tsahal [o Exército israelense], o mais moral do mundo?", disse Netanyahu em um comunicado. "É exatamente assim que se parece o novo antissemitismo: ele passou dos campos do Ocidente para a Corte em Haia. Que vergonha!".

O presidente dos EUA, Joe Biden,

tando que esses mandados "poderiam comprometer" as negociações para um cessar-fogo em Gaza.

A possibilidade da expedição dos mandados foi discutida pelo premier israelense com Biden em conversa telefônica em abril. Segundo fontes ouvidas pelo site Axios, Netanyahu teria pedido a Biden que intercedesse para evitar a ordem de prisão. A Casa Branca não comentou o tema espe-

cialmente, mas se pôs contra as iniciativas no âmbito do TPI contra os líderes israelenses.

**OPosição também crítica**  
Após o anúncio, Benny Gantz, único integrante do Gabinete de guerra de Israel poupado pela procuradoria do TPI e adversário de Netanyahu, criticou o pedido. Ele afirmou que Khan estaria afetado por uma "cegueira mortal" e disse que "aceitar o pedido do promotor seria um crime histórico".

Já Yair Lapid, líder da oposição e ex-premier, chamou a decisão da promotoria do TPI de "desastrosa". Organizações de famílias dos reféns também criticaram a medida, afirmando que ela cria uma ideia de simetria entre o governo israelense e a liderança do grupo palesti-

no. Já a ala mais radical do governo reagiu com virulência. O ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, compareceu a medida no tribunal a "propaganda nazista".

O Hamas por sua vez, disse em nota no Telegram que o procurador Khan deveria exigir a prisão não só de Netanyahu e de Gallant, mas de todos os "líderes, oficiais e soldados que participaram em crimes contra o povo palestino". A tentativa de responsabilizar Netanyahu no TPI é apenas mais uma frente de pressão contra ele, à medida que a guerra se arrasta sem que nenhum dos objetivos definidos nos primeiros dias do conflito (aniquilação do Hamas, resgate dos reféns e criação de um novo patamar de segurança na região) seja atingido.

Com AFP

## O que os mandados podem significar na prática

> O pedido aos juizes do Tribunal Penal Internacional (TPI) de emissão de mandados de prisão pelo procurador-chefe, Karim Khan, levantou a questão sobre a real chance de as principais figuras envolvidas na guerra em Gaza terem um fim nas grades. Embora haja a possibilidade de que os mandados sejam cumpridos, a maior chance é de que tenham só efeitos indiretos.

> O TPI tem competência para

investigar e julgar indivíduos acusados de crimes de guerra, contra a Humanidade e genocídio. Ao contrário da Corte Internacional de Justiça, onde Israel responde por genocídio, o TPI se volta a pessoas físicas, não Estados e governos. Suas decisões, contudo, sofrem limitações relativas ao reconhecimento pela comunidade internacional.

> Israel não reconhece a jurisdição do TPI sobre o seu território, segundo países como EUA e Rússia. Em

termos práticos, isso significa que mesmo que os juizes emitam mandados de prisão, Netanyahu e Gallant não seriam presos enquanto estivessem em solo israelense. O mesmo se aplica a priori a Ismail Haniyeh, líder do Gabinete político do Hamas que vive no Catar, que também não reconhece o tribunal.

> Do ponto de vista apenas procedural, os líderes mais expostos pela emissão dos mandados seriam Yahya Sinwar e Mohammad Deif,

que, acredita-se, estão em Gaza. A Palestina é signatária do Estatuto de Roma e reconhece o TPI e teria, em tese, de cumprir a medida judicial.

> Em termos práticos, contudo, o reconhecimento do tratado não é o bastante para pôr os líderes do Hamas atrás das grades. O TPI não tem uma força policial para cumprir suas decisões, que precisam ser cumpridas por autoridades locais. Mas os mandados de prisão teriam efeitos práticos contra os

acusados, como igualar o premier aos líderes do Hamas, considerados terroristas no Estado judeu.

> Os mandados afetariam diretamente a capacidade de movimento dos acusados, que poderiam ser presos em qualquer um dos 124 países que reconhecem o TPI, entre eles alguns que mantêm relações próximas com Israel, como Alemanha, França e Reino Unido.

Com NYT e AFP